

**POR MAIS ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS:  
Novas Contribuições para o Modelo Teórico-Metodológico de Norman Fairclough**

**CLEDINALDO APARECIDO DIAS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

**MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

**VIVIANE CRISTINA VIEIRA**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Agradecimento à órgão de fomento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)

# **POR MAIS ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: Novas Contribuições para o Modelo Teórico-Metodológico de Norman Fairclough**

## **1. INTRODUÇÃO**

O uso da Análise do Discurso Crítica (ADC) tem evoluído no campo dos estudos organizacionais brasileiros nos últimos anos, destacando-se tanto como ferramenta analítica e metodológica, quanto como quadro teórico. Essa evolução segue a tendência crescente apresentada no campo internacional (Alvesson & Kärreman, 2000; Iedema, 2007) e, desde os anos noventa, o Brasil tem incorporado vertentes distintas para a análise de discurso (Silva & Gonçalves, 2017). Entre essas destaca-se a corrente anglo saxã, proposta pelo linguista Norman Fairclough, centrada nas discussões sobre a linguagem e os aspectos político-sociológicos que constituem e são constituídos pelos sujeitos em suas práticas e eventos sociais.

A perspectiva teórico-metodológica da ADC de Fairclough tem proporcionado contribuições significativas para o desvelar das relações sociais que permeiam o mundo contemporâneo, desnaturalizar crenças que sustentam estruturas de dominação e revelar ideologias que subjazem os discursos (Salles & Dellagnelo, 2019; Silva & Gonçalves, 2017). Estudar as organizações para além do discurso hegemônico da literatura *pop management* (Duarte & Medeiros, 2019; Wood Junior & Paula, 2002) carece de prerrogativas que diversifiquem as formas de análise e permitam uma melhor compreensão dos fenômenos organizacionais.

Embora a propriedade onto-epistemológica dos estudos organizacionais brasileiros que se debruçam em uma perspectiva crítica de análise e a riqueza na exploração dos aspectos teóricos que perfazem a ADC, verifica-se ainda certas fragilidades em relação aos procedimentos de análise adotados, enfraquecendo-a como método e dificultando sua utilização (Salles & Dellagnelo, 2019, Santos; Bispo; Dourado, 2015). Nem sempre, a maneira como a análise do discurso é operacionalizada costuma ficar implícita, ofuscando o modo os dados revelaram as descobertas. Afirmar essa condição não implica em negar os trabalhos existentes, muito pelo contrário, busca levantar discussões que permitam o aprimoramento e melhoramento das possibilidades de adoção da ADC no campo.

Em consonância aos estudos de Onuma (2020), Salles e Dellagnelo (2019), Santos, Bispo e Dourado (2015) e Silva e Gonçalves (2017) este ensaio busca incorporar novas contribuições metodológicas para a análise da dimensão textual dos discursos nos estudos organizacionais. Para tanto, identifica-se como problema de pesquisa: que sistemática pode ser utilizada para a realização de uma ADC a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do Norman Fairclough?

Santos, Bispo e Dourado (2015) afirmam que, frente a multidisciplinaridade que envolve a ADC, advinda da sua estreita relação com a linguística, a sociologia, a comunicação e a filosofia, a execução da abordagem como método demanda um trabalho exaustivo, dado a inexistência de “uma forma preestabelecida de proceder a análise” (p. 56) e a justificativa da impossibilidade do pesquisador que a adota ter o conhecimento profundo sobre todos esses conhecimentos. Onuma (2020) denuncia que a falta de problematização sobre os conceitos da linguística, bem como a pouca familiaridade dos pesquisadores com esses aspectos, contribui para a superficialidade crítica e para o baixo impacto teórico do uso da ADC e de outras teorias do discurso nos estudos organizacionais (p. 586).

Salles e Dellagnelo (2019) reforçam essa percepção ao apresentar que a análise da dimensão textual, proposta por Fairclough, nem sempre é devidamente explorada nos estudos organizacionais brasileiros. As autoras sustentam essa discussão fundamentadas em levantamento bibliográfico realizado em periódicos indexados até o ano de 2016 e evidenciando

que os trabalhos nacionais que utilizaram a ADC como método de análise de dados não especificam os detalhes do percurso metodológico e não enfatiza as categorias analíticas propostas pela abordagem de Fairclough, mantendo o foco nos resultados da pesquisa e sendo insuficientes na descrição da operacionalização do método.

Na busca de contribuir e enriquecer as discussões que perfazem os estudos organizacionais críticos brasileiros, o presente ensaio tem como objetivo apresentar um percurso de análise para os estudos organizacionais que contemplam a ADC, partindo das contribuições e pressupostos teórico-metodológico de Norman Fairclough. A proposta tende a dar maior simplicidade ao percurso analítico, sem perder de vista a necessidade de interação do pesquisador com as práticas sociais que envolvem a temática que se propõem a analisar, bem como não evadir das discussões ontológicas e epistemológicas que envolvem a proposta. Como afirma Silva e Gonçalves (2017), a realização de estudos organizacionais críticos que se dedicam de explorar da ADC como recurso metodológico precisam ser aperfeiçoados, para que possam melhorar a realização de análises textuais e das práticas discursivas, na busca de superar a “visão limitada do potencial de contribuição de teorias da linguística aos Estudos Organizacionais” (Onuma, 2020, p. 587).

Para atender a proposta de trabalho, esse ensaio está estruturado, além dessa introdução. em outras três seções sejam: um levantamento teórico, que contempla alguns aspectos convergentes e divergentes da ADC em relação a outras abordagens linguísticas e da Análise do Discurso; a definição dos conceitos elementares que perpassam a abordagem e uma descrição da sua utilização como método de análise. Em seguida é apresentada uma proposta de sistematização da ADC em estudos organizacionais, delineando os passos para análise e os aspectos que envolvem a identificação de categorias analíticas e significados do discurso. Por fim, são apresentadas as considerações finais do ensaio.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A base teórica que sustenta as discussões para o desenvolvimento de uma proposta de sistematização para a ADC de origem anglo-saxã se ancora na inter/transdisciplinaridade dos estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001a, 2003, 2005), apoiada, no campo da linguística, pelos estudos de Magalhães (2000, 2005), Magalhães et al. (2017), Ramalho e Resende (2011), Vieira e Resende (2016) e promovida, nos estudos organizacionais, por Alvesson e Kärreman (2000), Curtis (2014), Onuma (2020), Salles e Dellagnelo (2019), Santos, Bispo e Dourado (2015) e Silva e Gonçalves (2017), entre outros. Estudos que, longitudinalmente, vem contribuindo para a consolidação da ADC nos estudos brasileiros em suas aplicações teóricas e empíricas.

### **2.1 Análise de Discurso Crítica em Fairclough: convergências e divergências**

A primeira referência ao conceito de ADC, apresentada por Norman Fairclough, data do ano de 1985, quando o autor discute que além dos textos a análise do discurso deve empenhar-se em identificar as formações ideológicas dominantes subentendidas nas articulações discursivas. Sua percepção suscita a necessidade da análise a partir de uma relação dialética entre a linguagem e a realidade social, onde ideologias e relações de poder são dissimuladas. Para o autor, aprofundar-se na crítica do discurso pode contribuir para a transformação de instituições, formações e práticas sociais (Fairclough, 1985).

A articulação teórica de Fairclough compreende uma vasta e complexa integração disciplinar. Sua formulação inclui estudos profundos de diferentes ramos da linguística, sobretudo, aqueles que lidam com as diferentes perspectivas da análise de discurso, como Antonio Gramsci, Louis Althusser, Michel Foucault, Jürgen Habermas e Anthony Giddens. Estudar a ADC é se embrenhar em um campo heterogêneo, haja vista a diversidade de

abordagens, teorias e métodos que tentam explicar os discursos como formas de poder e dominação.

Historicamente, a análise do discurso em ciências sociais e nos estudos organizacionais recebe grande influência de Michael Foucault, o que pode ser atribuído à popularização do conceito do autor e à sua utilização como recurso teórico e metodológico de análise (Curtis, 2014; Fairclough, 2001a, 2003; 2005; Raffnsøe, S., Mennicken, A., & Miller, P., 2019). Para discutir a perspectiva da ADC proposta por Fairclough (2001a) e, considerando a representação dos estudos foucaultianos nas pesquisas organizacionais, faz-se relevante explicar o porquê do distanciamento do autor das proposições foucaultianas.

Antes de afastar-se das proposições de Foucault, Fairclough (2001a, 2005) revisita suas obras e identifica importantes contribuições. No trabalho arqueológico ele enaltece a natureza constitutiva do discurso (social, objetos e sujeitos) e a propriedade da interdiscursividade e da intertextualidade das práticas discursivas. No trabalho genealógico reconhece a natureza discursiva do poder, da mudança social e da “política do discurso”. A estrutura analítica do discurso de Fairclough é apresentada por Curtis (2014, p. 1754) como “indiscutivelmente a mais influente de uma ampla gama de abordagens metodológicas para o discurso organizacional”. Essa atribuição é justificada reconhecimento que o Fairclough atribui à importância seminal de Foucault na análise do discurso.

Embora reconhecidas essas contribuições, Fairclough (2001a) identifica que a análise de discurso de Foucault apresenta certas limitações, como: a) a “negligência para com a análise textual e sua visão constitutiva do discurso” (p. 82); b) a superficialidade no trato das questões de poder, resistência, luta e mudança, assujeitando as pessoas a “sistemas imóveis de poder” (p. 83); c) a falta de uma ideia prática nas análises, pois a prática é reduzida a estruturas, deixando a impressão de que elas é que estão em foco” (p. 83); d) a ausência de mecanismos detalhados de mudança, que, associados à negligência, com a prática, esconde as possibilidades de resistência e de luta contra hegemônica, “as técnicas de poder caracterizadas nos estudos genealógicos são interpretadas como instrumentos não-ambivalentes de dominação e manipulação” (p. 85); e, e) a resistência “ao conceito de ideologia e à ideia de análise como forma de crítica ideológica” (p. 86).

Para Fairclough (2005), algumas versões da análise do discurso, tipicamente de inspiração foucaultianas, limitam-se a identificar a presença e as formas de combinação de “discursos” recorrentes e relativamente estáveis e duráveis em textos; outras se encarregam de uma análise linguística mais detalhada, contemplando aspectos como gramática, semântica, vocabulário, formas de argumentação, etc; outras ainda se orientam pelas características semióticas de textos como, por exemplo, seus aspectos visuais.

Percebendo os discursos como elementos linguístico/semiótico de eventos sociais, a proposição analítica de Fairclough (2005) assume uma posição de “dualismo analítico” que não limita sua aplicação ao discurso de maneira isolada, mas o integra a outros elementos sociais, como as facetas linguísticas/semióticas das estruturas sociais e as práticas sociais, reais mediadoras da relação entre eventos e estruturas. Ele rejeita a tendência de os estudos organizacionais serem reduzidos apenas ao estudo do discurso, localizando sua análise dentro de uma epistemologia analiticamente dualista que dá primazia à pesquisa das relações entre agência (processo e eventos) e estrutura com base em uma ontologia social realista.

Fairclough (2001a, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) posicionam que a ADC tem como principal referência a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Michael A. K. Halliday e consolidada por Halliday e Matthiessen (2004), justificando ser essa a linguística que mais se aproxima das perspectivas de investigação social e crítica. Não obstante, Fairclough (2003, p. 6) acrescenta “a necessidade de desenvolver abordagens de texto por meio de um diálogo transdisciplinar com perspectivas sobre linguagem e discurso imersos na teoria e pesquisa social para desenvolvermos nossa capacidade de analisar textos como elementos do

processo social”. O interesse da ADC não se limita ao funcionamento interno dos sistemas linguísticos, mas por meio de uma abordagem teórico-analítica que vai buscar identificar, sobretudo, o modo “como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso” (Ramalho & Resende, 2011, p. 13).

Magalhaes et al. (2017) identificam que linguistas que se alinham criticamente adotam a LSF como recurso para investigar a relação texto, poder e ideologia. Contudo, é preciso reconhecer os acréscimos da ADC, que se dedica à análise de textos, eventos e práticas sociais, através de uma diversidade de abordagens, todavia, se sem reduzir a uma única proposta teórica.

De acordo com Wodak (2003), ao estudar a linguagem como uma prática social, a ADC se interessa particularmente em analisar “as relações de dominação, discriminação, poder e controle, manifestadas através da linguagem” (p. 19). Ela busca investigar como a desigualdade crítica social se expressa, marcada, constituída e legitimada pelo uso do discurso.

Como se observa, a perspectiva multi e transdisciplinar da ADC permite um diálogo com diferentes campos de conhecimento, integrando e repensando categorias e ideias. Seu arcabouço teórico abarca conceitos considerados essenciais que tecem a teia de relações da linguagem enquanto prática social e instrumento de poder. Tal fato faz da ADC uma abordagem teórico-metodológica que exige uma diversidade de conhecimentos para sua utilização como método (Ramalho & Resende, 2011).

## **2.2 Conceitos basilares para a Análise do Discurso Crítica em Fairclough**

Para uma melhor compreensão da ADC alguns conceitos preliminares, que conformam a linguagem enquanto prática social, precisam ser descritos, quais sejam: 1) no âmbito dos estudos linguísticos: o discurso, a interdiscursividade e a intertextualidade e 2) em os outros campos de conhecimento: a ideologia e a hegemonia.

Fairclough (2001a) descreve o discurso como uma forma de prática social, enxergando-o como um modo de ação e, ao mesmo tempo, como uma relação dialética com a estrutura social. Como modo de ação, implica as representações e as formas de agir sobre o mundo e sobre os outros. Já como uma relação dialética, o discurso é, por um lado, moldado e restringido pela estrutura social e, por outro, ele é socialmente constitutivo. Dessa forma, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (Fairclough, 2001a, p. 91).

Ao descrever o processo discursivo, Fairclough (2001a, 2001b, 2003) observa a heterogeneidade dos textos a partir da identificação de dois processos, a intertextualidade e a interdiscursividade. A intertextualidade refere-se à propriedade de um texto apresentar fragmentos de outros textos, delimitados explicitamente ou mesclados, podendo assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. Já a interdiscursividade refere-se aos tipos de discurso envolvidos em práticas sociais ou discursivas, ou seja, diz respeito às ordens de discurso, aludindo ao modo como o conjunto das práticas discursivas possibilitam uma multiplicidade de textos e como eles se relacionam, fixando regularidades e características semelhantes (Magalhães et al., 2017).

A intertextualidade perpassa os diferentes discursos apresentados em um texto, cabendo à sua análise entender as maneiras como esses discursos foram produzidos, distribuídos e consumidos pelos atores sociais dentro de um contexto. Essa análise pode esclarecer as relações existentes no texto, sejam de cooperação, competição ou dominação, o que implica que um mesmo texto, construído a partir de recortes de diferentes textos, pode estabelecer relações antagônicas nas quais um deles acaba por se legitimar. As diferenças entre os discursos revelam “uma base ideológica, na qual a força de uma parte do texto é seu componente acional e a parte de seu significado interpessoal é a parte da ação social que realiza” (Péres, 2012, p. 132).

Quanto à interdiscursividade, Wodak (2003) a descreve como uma recontextualização de diferentes tipos de linguagem dentro de um mesmo texto, por exemplo a ordem de discurso econômica, dentro de um texto aparentemente político. Isso significa que um mesmo texto está inserido em diferentes contextos, e, portanto, aparece em combinação com tipos diferentes de linguagem ou ordens de discurso. Ramalho e Resende (2011) explicam que um dos aspectos da interdiscursividade é a hibridização de gêneros, discursos e estilos, o que possibilita a constituição de estratégias de luta hegemônica. A hibridização pode ocultar questões ideológicas e de poder, ofuscar relações de persuasão, exortação de ações, exclusão, inclusão ou uma série de ambiguidades.

A veemência do trato das questões ideológicas na ADC justifica-se pelos atravessamentos que ficam subentendidos nos textos, uma vez que “textos podem ser vistos como desempenhando um trabalho ideológico” (Fairclough, 2003, p. 58). Partindo da multimodalidade dos textos, as ideologias vão sendo materializadas, constituindo discursos e organizando os modos de se comunicar e de interagir.

Partindo de uma perspectiva crítica, desprezando as visões descritivas neutras como posições, atitudes ou crenças, Fairclough (2003) define ideologia como “as representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração” (p. 9). A concepção de ideologia na ADC parte das ideias de críticos como Terry Eagleton e John Thompson, entendendo-a “não somente como um sistema de crenças, mas manifestações de poder” (Eagleton, 1997, p. 18). Ao propor uma concepção crítica de ideologia, Thompson (2011) se afasta das discussões que ignoram que ela, em favor de alguém ou algum grupo de interesses particular, oculta fenômenos enganadores. Seu olhar se volta para perceber como as circunstâncias particulares e os sentidos são construídos e transmitidos por meio de formas simbólicas, de modo a “estabelecer e sustentar relações sociais estruturadas das quais alguns indivíduos e grupos se beneficiam mais que outros, e que alguns indivíduos ou grupos tem um interesse em preservar, enquanto outros procuram contestar” (Thompson, 2011, p. 96).

O conceito de Eagleton (1997) discorre sobre o potencial da ideologia, por meio do discurso, influenciar e conduzir comportamentos sociais ou, até mesmo, a própria formação do homem em sociedade. Contudo, adverte que nem todo discurso pode ser visto como uma questão ideológica, mas analisado à luz do seu contexto discursivo. Ao apropriar-se do discurso para explicar ideologia, o autor relata que ela “tem mais a ver com a questão de quem está falando o que, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento” (p. 22). Conceber a ideologia como mecanismo de poder e seus efeitos causais, opacos ou explícitos nos textos constitui preocupação central da ADC. Como representações, as ideologias são materializadas nas encenações sociais e inculcadas nas identidades dos agentes, por meio de discursos, gêneros e estilos (Fairclough, 2001a).

Outro termo relevante para a análise das práticas sociais é hegemonia, discutida a partir dos estudos de Antonio Gramsci, que a define como “um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (Resende & Ramalho, 2006, p. 423). O conceito de Gramsci é revisitado por Fairclough (2001b) para caracterizá-la como uma forma de domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais, baseado mais no consenso do que no uso da força, estando essa dominação sempre em equilíbrio instável. Para a ADC a hegemonia apresenta-se tanto como liderança quanto dominação dos campos econômico, político, cultural e ideológico. Mais do que a dominação de classes subalternas ela envolve a construção de alianças e a integração da sociedade, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento e aceitação.

Os conceitos ideologia e hegemonia funcionam como uma forma de manter e estabelecer a dominação, partindo do pressuposto de que as “relações hegemônicas são baseadas no consenso, ou seja, é necessário que a classe ou grupo que intenta o poder ou está

envolvido em uma luta hegemônica convença outros, o que pode ser realizado por meio da naturalização ou encerramento de ideologias naturalizadas” (Santos & Vieira, 2016, p. 10). Aspectos relacionados à ideologia e à hegemonia compõem a análise da prática social na ADC.

É interessante observar que a evolução dos estudos da linguagem de Fairclough (2003) tira o discurso como elemento central das análises e o coloca como um momento da prática social, configurando-se como modos de agir (gêneros), modo de representar (discursos) e modo de identificar (estilo). Aspectos do texto e suas semioses podem ser investidos ideologicamente e observados como sentidos das palavras, pressuposições, metáforas e estilo. Já as orientações, como economia, política, educação, ideologia e cultura, podem elucidar a composição hegemônica, que instaura a prática social, levando a ADC a “investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos” (Resende & Ramalho, 2006, p. 188).

Ao associar poder e hegemonia, é possível compreender que, para a ADC, o poder relaciona-se à capacidade de pessoas ou instituições agirem sobre algum contexto social, utilizando-se de algum tipo de recurso, como aqueles apresentados por Faria (2011) em relação à disseminação de uma ideologia. A hegemonia integra um foco de luta sobre a assimetria de poder, com fins de construir, sustentar ou mesmo quebrar alianças e relações de dominação e subordinação, tomando formas econômicas, políticas e ideológicas (Magalhães, 2001).

### **2.3 Análise de Discurso Crítica como método para análise dos dados**

Chouliaraki e Fairclough (1999) descrevem que um dos compromissos centrais da ADC é revelar ideologias subjacentes aos discursos, denunciando seu papel como elemento de dominação. Ela se volta para discussões dos problemas sociais de forma a promover uma reflexão sobre eles. Seu estudo leva os analistas de discurso a quererem “produzir e apresentar conhecimento crítico que capacite os seres humanos a emanciparem-se de formas de dominação mediante a autorreflexão” (Wodak, 2009, p. 7).

O uso da ADC não se limita ao estudo da linguagem apenas como um sistema semiótico ou isolado, mas alcança o discurso como uma prática social, definida como “maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo” (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 21). Os discursos refletem representações ideológicas que, uma vez analisadas, explicam uma ordem social.

A evolução dos estudos de Fairclough leva-o a estabelecer três significados do discurso, quais sejam: acional, representacional e identificacional, que se relacionam às maneiras como o discurso figura em práticas sociais, como os modos de agir (significado acional), de representar (significado representacional) e de ser (significado identificacional). Essa definição tem origem na LSF de Halliday (1985), em que Fairclough (2003) reformula as funções da linguagem e faz um paralelo entre elas e os então denominados significados do discurso, analisados mais detalhadamente na próxima seção.

Nessa reformulação, a representação vai corresponder à função “ideacional” de Halliday; a ação vai aproximar-se mais da sua função “interpessoal”, embora coloque mais ênfase no texto como uma maneira de (inter)agir em eventos sociais, e pode ser vista como complementando a relação (promulgando relações sociais). Para tanto, Fairclough (2003, p. 27) adverte: “Halliday não diferencia uma função separada da identificação – a maior parte do que incluo na identificação está na função ‘interpessoal’. Não distingo uma função ‘textual’ separada, mas a incorporo na Ação”.

A relação entre esses significados do discurso deve ser compreendida como dialética, pois discursos particulares são mediados por gêneros, assim como gêneros pressupõem estilos, ou, ainda, representações particulares podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação e relação e inculcadas em maneiras particulares de identificação (Vieira & Resende, 2016). “A distinção entre os três aspectos do significado e entre gêneros, discursos e estilos é uma

distinção analítica necessária, que não as impede de ‘fluírem’ umas nas outras de várias maneiras.” (Fairclough, 2003, p. 29).

Quando se analisa textos como parte de eventos específicos, duas coisas são realizadas concomitantemente: a) a análise em termos dos significados do discurso e como eles são realizados nas várias características dos textos (vocabulário, gramática e assim por diante); e b) o estabelecimento de uma conexão entre o evento social concreto e as práticas sociais mais abstratas, identificando como os elementos discursivos (gêneros, discursos e estilos) são usados e articulados no texto. A análise textual em si é limitada. Para avaliar os efeitos causais e ideológicos que os textos apresentam faz-se necessário enquadrar a análise textual e ligar a 'micro' análise de textos à 'macro' análise de como as relações de poder funcionam em redes de práticas e estruturas (Fairclough, 2003, p. 16).

Como recurso para operacionalização das análises, Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) apresentam o arcabouço teórico-metodológico da ADC delineando seu percurso de execução, conforme ilustrado na figura 1.

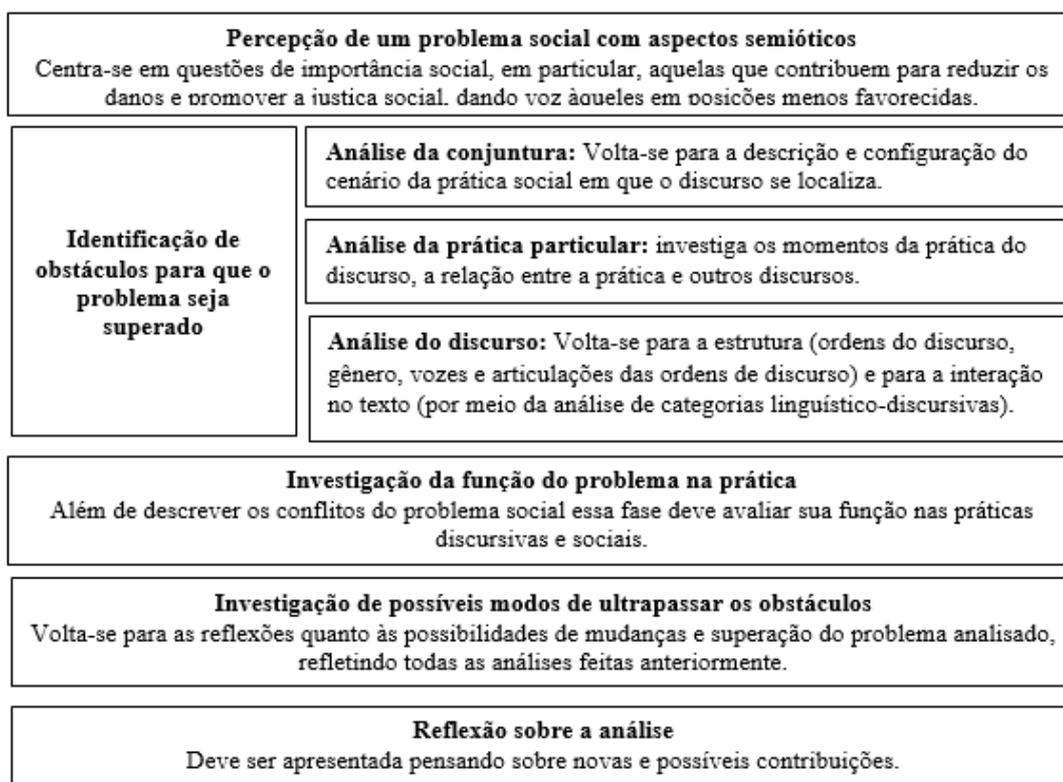


Figura 1. Arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso  
Fonte: Adaptado de Chouliaraki & Fairclough (1999).

Esse arcabouço contempla aspectos da análise social discursivamente orientada. Assim, a ADC parte do olhar do pesquisador para um problema social. Percebidas as questões de importância social que pretende analisar parte-se para a identificação dos obstáculos para que impedem que o problema seja superado. Nessa fase três análises precisam ser consideradas, seja: a) a análise da conjuntura, relacionada ao cenário onde a prática social acontece; b) Análise da prática particular, considerando os momentos da prática do discurso e suas relações com outros; e, c) a análise do discurso em si, orientada para o modo como o discurso se configura no texto.

As análises da conjuntura e da prática particular atesta que a ADC não se limita a uma análise textual. Elas garantem que os textos em análise sejam contextualizados tanto em suas

causas mais amplas, quanto nas particulares, confirmando o princípio da profundidade ontológica e a interação da análise com as práticas e os eventos sociais. Já a análise do discurso volta-se para as conexões entre os mecanismos discursivos e o problema pesquisado. A análise detalhada e intensiva de textos como elementos de processos sociais engloba a *compreensão*, a *explicação*, a estrutura e a interação discursiva dos textos (Ramalho & Resende 2011).

Tratados os aspectos analíticos, Chouliaraki & Fairclough (1999) propõem que sejam investigadas as funções do problema na prática e as possíveis maneiras de superar os obstáculos. A identificação dos mecanismos que sustenta o problema desperta possibilidades de superá-lo. O arcabouço finaliza com a proposição de reflexões sobre a análise contemplando aspectos que envolvam possíveis contribuições para a emancipação social, vista a natureza crítica e emancipatória da abordagem, bem para pesquisas futuras, uma vez que uma investigação particular não é capaz de esgotar um problema (Ramalho & Resende 2011).

### 3. SISTEMATIZAÇÃO DA ADC EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: ALINHANDO O PERCURSO DE ANÁLISE

Pesquisas que se interessam pela ADC tendem a utilizar diferentes métodos de coleta e geração de dados, sejam notas de observações, entrevistas, diários de campo, pesquisa documentos, entre outros. Essa variedade de recursos geralmente resulta em expressivo volume de dados. As transcrições de entrevistas, as anotações em caderno de campo, os arquivos e textos da pesquisa documental avolumam centenas de páginas, dificultando a análise integral dos textos. Tal fato requer o desenvolvimento de uma sistemática que possibilite o tratamento dos dados coletados para a construção do *corpus* de análise. A figura 1 ilustra uma proposta de sistematização de processos para a ADC nos estudos organizacionais.

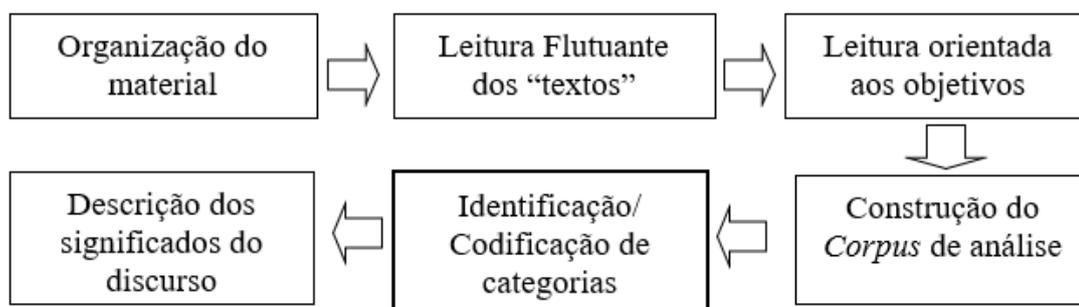


Figura 2: Sistematização de um processo de ADC.

Para o bom desempenho da pesquisa com ADC, a organização de todo o material coletado e gerado precede todo e qualquer tipo de análise. O excesso de informações, ideal para dar mais profundidade às discussões, pode dificultar o processo de análise frente a riqueza de detalhes que o material pode apresentar.

A organização dos dados pode ser realizada de forma a transformar cada material em um “texto”, ou seja, o texto das notas do caderno de campo; o da pesquisa documental e o da transcrição das entrevistas. Essa organização tende a facilitar o processo de análise e as articulações entre as informações, o espaço, o tempo e os atores envolvidos.

Entre os cuidados na organização do material vale ressaltar a necessidade de que eles estejam devidamente identificados, detalhando, na medida do possível, as fontes, as datas, os responsáveis pela informação, o espaço de obtenção, entre outros detalhes que possam ser

relevantes para atender os objetivos da pesquisa. Esse detalhamento contribui para garantir a fidelidade e propriedade dos dados coletados.

No que se refere ao texto das entrevistas, recomenda-se que os discursos sejam fielmente transcritos e, após as transcrições, seja realizada revisão detalhada de cada uma delas, de forma a recordar aspectos indizíveis nas palavras, mas significativos nas falas. Nessa hora, as notas do caderno de campo ajudam a explicitar emoções, silêncios, risos, choros, entre outros aspectos possíveis de serem explorados quando das análises.

Após a organização do material coletado e gerado o primeiro procedimento do pesquisador consiste em uma “leitura flutuante” de tudo aquilo que pode ser definido como “texto” para análise. O objetivo maior dessa etapa consiste em rememorar as informações e revisar os conteúdos, um processo de familiarização com aquilo que poderá vir a ser esmiuçado a ponto de revelar aspectos profundos da prática social em análise.

Na sequência, propõe-se uma segunda leitura do material, dessa vez mais orientada aos objetivos da pesquisa. Nessa etapa de “leitura orientada”, recomenda-se uma seleção prévia de recortes potenciais para análise, onde o pesquisador se ocupará de grifar e tomar nota a respeito dos trechos de textos selecionados, bem como contrapô-los às possíveis notas do caderno de campo e observações referentes à pesquisa documental. Esse recorte, mais amplo e abrangente, com apontamentos de todos os textos da pesquisa, corresponderá ao *corpus* de análise a ser trabalhado.

Resende (2008) define esses procedimentos como uma “abordagem mais flexível” e “menos estruturada”, pois a codificação não foi definida *a priori* e sim após a leitura dos dados, considerando os temas e as categorias, que se decide explorar. Todavia, essa abertura na codificação é relativa, pois, ao proceder a primeira leitura dos documentos, o pesquisador não está isento de pressuposições a respeito do seu material. Ao iniciar as leituras, ele já tem construídas algumas perspectivas a respeito do que vai buscar, tanto porque já conhece as interações de que são resultado como pela experiência advinda da observação.

Embora se apresente como uma tarefa trabalhosa e demorada, esse processo contribuiu para a redução do volume de material gerado em dados especificamente relacionados às questões de pesquisa (Resende, 2008). Tal fato vai ao encontro do pensamento de Fairclough (2003) ao considerar que um trabalho intensivo pode ser produtivamente aplicado a recortes de material de pesquisa mais do que a textos longos.

Apesar do não aproveitamento de partes significativas dos dados levantados, a seleção de recortes traz a vantagem de manter o foco nos problemas específicos das práticas sociais estudadas. Para tanto, Resende (2008, p. 139) adverte quanto à necessidade de que os “recortes selecionados para análise não sejam constituídos de enunciados isolados, mas de trechos significativos em seu conjunto”.

De posse do arquivo do *corpus* de análise, realiza-se o procedimento de codificação em cores, uma estratégia que permite a identificação das categorias relevantes para a análise discursiva do documento, tornando-as mais “legíveis” ou “analísáveis”. Essa seleção pode ser realizada em arquivos digitalizados, utilizando-se dos recursos “realce” e “comentários” do Microsoft Word. De acordo com Vieira e Resende (2016), embora a codificação em cores seja um procedimento muito simples, ela pode ser usada tanto para destacar recorrências de categorias quanto para separá-las, o que facilita a discussão e a redação das análises.

Seguindo os preceitos da ADC de Fairclough (2003) o resultado da codificação do recorte final de texto será analisado com base nas categorias linguístico-discursivas relacionadas aos significados representacional, identificacional e acional do discurso. A escolha desses significados dá-se em função da resposta aos objetivos propostos na pesquisa, bem como da frequência e da recorrência das categorias no *corpus* de análise. Vale ressaltar que, embora os aspectos dos significados sejam distinguidos para o propósito analítico, eles não são distintos ou totalmente separados, mas assumem uma relação dialética, visto que tanto os significados

quanto as categorias analíticas relacionadas a cada um deles, não possuem fronteiras explícitas. Para Fairclough (2003, p. 160) “uma consequência dessa visão dialética é que significados identificacionais em textos podem ser vistos como pressupondo significados representacionais, as presunções por meio das quais as pessoas se identificam.”

### **3.1 Explorando os Significados do discurso e as categorias analíticas na ADC**

Uma vez descrita a sistematização do processo de ADC em Fairclough (2003), cabe explicar o que a sua proposta teórico-metodológica concebe como significados do discurso e categorias analíticas.

Os tipos de significados do discurso parte da ampliação do diálogo entre as funções da linguagem da LSF e a ADC, compreendendo o discurso como formas de ser, interagir e representar o mundo por meio dos textos. O significado acional vincula-se ao conceito de gênero, como modos do sujeito agir e de interagir no mundo; o representacional, envolve o conceito de discurso, visto como modos de representar diferentes aspectos do mundo; e o identificacional, relaciona-se ao conceito de estilo, representando os modos como as identidades, de si ou dos outros, são construídas e negociadas no texto. Esses significados são, simultaneamente, discursivos e sociais e atuam juntos na dimensão textual do discurso.

O significado representacional está relacionado ao modo como os aspectos físicos e sociais do mundo estão representados nos discursos, como afirma Fairclough (2003, p. 124) “eu vejo os discursos como formas de representar os aspectos do mundo - os processos, relações e estruturas do mundo material, o "mundo mental" de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social”. O autor salienta que os discursos apresentam diferentes perspectivas sobre o mundo, sendo que essas estão associadas com as diferentes relações que as pessoas têm para com o mundo, que por sua vez depende de suas posições, relações, identidades sociais e pessoais.

Entre as categorias analíticas do significado representacional incluem o sistema de transitividade, advindo da LSF; a Teoria da Representação de Atores Sociais (Van Leeuwen, 1997, 2008); a interdiscursividade; e o vocabulário/significado das palavras (Fairclough, 2001a, 2003), vistas como aquelas que mais conseguem expressar as relações que permeiam as práticas sociais no texto.

O sistema de transitividade trata das relações entre os componentes que formam uma oração, então denominada “figura”. Embora a simplicidade da estrutura de uma oração, ela exerce papel central na linguagem, dada sua capacidade de explicar como fenômenos da experiência do mundo do sujeito são construídos na estrutura linguística. Esse sistema vai se valer da análise das relações entre: a) o processo que se desenrola na oração (representado pelos grupos verbais), b) os participantes envolvidos nesse processo (representados pelos grupos nominais) e c) as circunstâncias a ele associadas (representadas pelos grupos adverbiais). Juntos esses elementos formam uma figura, ou seja, o significado produzido pelo processo. Os processos, conduzidos pelos grupos verbais, representam as experiências e ações dos atores sociais no mundo, traduzindo aspectos do mundo físico, mental e social. Os principais tipos de processo são materiais, mentais e relacionais, sendo que, nas suas fronteiras, outros três tipos de processos secundários irão surgir, os comportamentais, existenciais e verbais.

Como categoria analítica, a interdiscursividade é constituída pela articulação de diferentes vozes com diferentes ordens dos discursos, vista como uma heterogeneidade discursiva, que ocorre através da materialidade dos textos (Fairclough, 2003). Essa categoria pode ser considerada a mais profícua para análise no âmbito do significado representacional, isso porque, as conexões interdiscursivas dizem respeito aos modos pelos quais um determinado aspecto do mundo pode ser representado. Dessa forma, a interdiscursividade volta-se para “os discursos articulados ou não nos textos, bem como [para] as maneiras como são articulados e

mesclados com outros discursos” (Ramalho & Resende, 2011, p. 142). Chouliaraki e Fairclough (1999) notam que a análise da interdiscursividade se volta para análise da mistura de gêneros, discursos e estilos nos quais o texto se baseia e para o modo como esses elementos são articulados no texto. Para os autores, a interdiscursividade permeia a análise linguística de um texto e as diferentes formas de análise social de eventos e práticas sociais.

A representação de atores sociais, originária dos estudos sociosemânticos e da relevância sociológica e crítica de Van Leeuwen (1997) aos aspectos linguísticos formais dos textos, parte da identificação das inclusões ou exclusões dos atores nos discursos. Essas representações contribuem para a identificação de ideologias investidas nas práticas sociais por meio dos discursos. O modo como os discursos incluem/excluem os atores revelam como esses se envolvem nas práticas sociais analisadas. Essa articulação oculta os interesses e propósitos próprios do autor do texto ou dos leitores. Por isso, essa categoria é muito relevante quando se procura identificar ideologias investidas nas práticas sociais por meio de textos. Ela auxilia não só na identificação das ideologias nos aspectos linguísticos, mas também no entendimento social da relevância dada aos atores sociais. As representações “incluem ou excluem atores sociais para se adequarem aos seus interesses e propósitos em relação aos leitores para os quais são direcionadas” (Van Leeuwen, 2008, p. 28). Os subterfúgios do discurso fazem com que mesmo incluídos os atores sociais sejam representados, por escolhas lexicais (você, eles, alguém, pessoas, etc.) que “revelam o ponto de vista pelo qual o participante será observado em determinado texto” (Rocha, 2015, p. 76).

A categoria vocabulário é apresentada por Fairclough (2003, p. 130) como a de maior relevância, “pois uma forma proeminente de marcar o modo de representação de aspectos particulares do mundo é aquela relacionada aos modos de lexicalização das entidades que o constituem”. Fairclough (2003) pontua a representatividade da categoria vocabulário como recurso para explicar o significado representacional, por considerar que os significados das palavras são “facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (p. 130), já que as relações estruturais entre os sentidos de uma palavra podem ser formas de hegemonia. De acordo com Fairclough (2003), os discursos são caracterizados e diferenciados não só pelo vocabulário e pelas relações semânticas e pressuposições, mas também pelos traços gramaticais. Eles diferem em como os elementos dos eventos sociais (processos, pessoas, objetos, meios, tempo, espaço etc.) são representados e tais diferenças podem ser gramaticais e lexicais (vocabulário). O mais evidente dos traços distintivos de um discurso é o vocabulário, pois os discursos “lexicalizam” o mundo de maneiras diferentes.

Quanto ao significado identificacional esse relaciona-se à capacidade dos discursos construir identidades. Por meio dos estilos discursivos, as formas de ser do sujeito se revelam. Sendo assim, identidade é uma construção discursiva, pois “quem você é é em parte de uma questão de como você fala, como escreve, assim como também uma questão de incorporação – como você olha, a forma de parar, como se move, e assim por diante” (Fairclough, 2003, p. 157). Os estilos dos discursos enfatizam o processo de identificação, como as pessoas se identificam e são identificadas pelas outras. Todavia, a construção das identidades por meio do discurso não é uma questão estática, mas estabelece uma relação dialética entre discurso e outros elementos da prática social, que também sofrem transformações ao serem incorporados a esse processo. (Magalhães, 2005).

Para fins de análise do significado identificacional dos discursos as categorias avaliação, modalidade, metáfora, metonímia, identificação relacional e eufemismo, se apresentam como mais produtivas para descrever o modo como os problemas sociais são explicitados nos discursos e materializados nos textos. Elas permitem observar como o ator social configura os textos em função de se identificar e gera identificações.

A categoria avaliação inclui apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, desejável ou

indesejável (Fairclough, 2003). Na análise textual dos discursos pode levar-se em conta: a) as declarações avaliativas, expressas no juízo de valor e que podem ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação; b) as afirmações com verbos de processo mental afetivo, que colocam em evidência o sentimento do locutor em relação à determinada circunstância, aparecendo em estruturas como “eu gosto”, “eu odeio”, “eu detesto”; e c) as presunções valorativas, referentes aos aspectos pontuados no discurso, mas que não são explícitos ou transparentes para avaliação, eles se encontram subentendidos nos textos, requerendo do pesquisador a habilidade de identificar o que está presumido nas falas (Fairclough, 2003).

A análise da categoria modalidade refere-se ao modo “como as pessoas se envolvem quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou procuras” dentro do texto (Fairclough, 2003, p. 165), uma vez que cada uma dessas situações pode apresentar diferentes formas de comprometimento, envolvimento e responsabilidade do falante com aquilo que ele fala. Dessa forma, essa categoria analítica permite a identificação tanto do comprometimento do sujeito, quanto do grau desse comprometimento (Salles; Dellagnelo, 2019). A importância da análise da modalidade no significado identificacional refere-se ao fato de que “aquilo com que uma pessoa se envolve é parte significativa do que ela é – logo, as escolhas das modalidades nos textos podem ser vistas como parte do processo de estruturação da própria identidade” (Fairclough, 2003, p. 166). Salles e Dellagnelo (2019) mencionam que, por meio da análise da modalidade, é possível identificar o engajamento do enunciatário com aquilo que ele afirma.

Fairclough (2003) menciona dois tipos de modalidade: Epistêmica, referente ao comprometimento do ator com a verdade nas trocas de informações, podendo ocorrer por meio de declarações e perguntas; e Deontica, relacionada ao intercâmbio de atividades e usada para designar necessidades ou obrigações (isso é, isso deve, será, pode ser, não é etc.), ocorrendo a partir de demanda ou oferta. “Ela incita a ação e, portanto, pode ser pensada como um recurso de linguagem que aponta o comprometimento de um participante na realização de uma ação no mundo” (Salles & Dellagnelo, 2019, p. 423). A modalidade pode ainda ser subjetiva, se marcada pela presença do sujeito na frase (eu/nós) e verbalizada em expressões do tipo “eu acho, eu penso, eu suspeito”; ou objetiva, quando o ator não se coloca diretamente no texto, não se comprometendo diretamente com aquilo que fala e, para isso, faz uso de expressões como “quem sabe”, “pode ser” ou “provavelmente”. Fairclough (2003) argumenta que “marcadores arquetípicos da modalidade são ‘verbos modais’ (poder, querer, dever, seria, deveria etc.), embora haja, de fato, muitas outras maneiras em que a modalidade é marcada” (p. 169).

A análise do significado identificacional em textos por meio das metáforas, visto como uma forma de explicar uma coisa em função de outra (Fairclough, 2003), implica reconhecer a maneira particular de o sujeito expressar aspectos do mundo que o identificam. De acordo com Fairclough (2001b, p. 241), “as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso”, mas representações utilizadas para explicar o modo de pensar e de agir dos sujeitos, bem como seus sistemas de conhecimento e crença. Como afirmam Resende e Ramalho (2006, p. 88), necessariamente, todos os tipos de metáforas realçam ou encobrem certos aspectos do que representam. Péres (2012, p. 128) salienta que “o uso da linguagem figurativa não é sempre ideológico, mas é uma maneira de mobilizar o sentido das pessoas em determinados contextos e ela pode ser utilizada para criar ou reproduzir relações de dominação”.

A categoria analítica metonímia expressa no discurso o modo como o locutor designa um objeto por meio de uma palavra derivada de um relação de causalidade, como a substituição da parte pelo todo, do lugar pela instituição, do artista pela obra, etc. Nesse sentido, o uso da metonímia funciona como recurso discursivo de dissimulação, que segundo Thompson (2011), apresenta-se com um *modus operandi* da ideologia que oculta, nega ou obscurece relações de poder pelo fato de representá-las de uma maneira que superficializa uma série de relações e processos existentes. A metonímia constrói um efeito retórico de aproximação do locutor com aquilo que fala.

A identificação relacional no texto pode ser percebida no modo com o locutor “representa os atores sociais em termos de relação pessoal, de parentesco ou de trabalho que tem entre si” (Van Leeuwen, 1997, p. 204). Esse tipo de identificação é ‘relacional’ no sentido de que depende das relações sociais estabelecidas e das posições que os atores sociais ocupam (Ramalho & Resende, 2011).

Em resumo, Por meio da modalidade é possível analisar o engajamento do locutor com aquilo que ele afirma (Salles; Dellagnelo, 2019); a avaliação é capaz de expressar as apreciações ou perspectivas, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo e sobre o que o locutor considera bom ou ruim, desejável ou indesejável; as metáforas permitem reconhecer a maneira particular do sujeito expressar aspectos do mundo que o identifica; a metonímia revela uma relação que toca nas emoções dos envolvidos a partir da construção de um efeito retórico de distanciamento ou aproximação do locutor com aquilo que fala; a identificação relacional materializa no texto os modos como os locutores se identificam em interações sociais, visto que o processo identificacional está ligado às posições que os atores ocupam no mundo e nas relações; o eufemismo, expresso na substituição de palavras que possam minimizar ofensas ou transgressões, materializa no texto a identificação do locutor com a língua e a cultura a partir das interdições que ele apresenta no discurso.

O significado acional do discurso relaciona-se ao modo como os textos interagem nos eventos sociais particulares. Ele está diretamente ligado ao eixo do poder, o que permite compreender a razão de o gênero ser entendido como maneiras de agir e de relacionar discursivamente nas práticas sociais, envolvendo não apenas as relações com os outros, mas também a ação de poder que uns exercem sobre os outros. Pires (2019) ressalta que, no contexto da ADC, os gêneros apresentam-se com aspectos discursivos e modos semióticos das formas de agir e interagir por meio dos eventos sociais, o que os coloca como importantes recursos para sustentar as relações e estruturas institucionais da sociedade. Assim, a análise do significado acional pode se valer de aspectos microtextuais identificados em categorias analíticas como estrutura genérica, intertextualidade, pressuposição, tipos de troca e funções de fala.

Ao analisar textos a partir da estrutura genérica busca-se identificar o modo como os diferentes gêneros são articulados no discurso, na intenção de perceber “como o discurso estudado atua no interior das práticas em que se insere, como ele figura no seio das lutas hegemônicas, com tendência para a estabilização e naturalização de representações e identidades, ou em direção à mudança” (Mathias & ferreira, 2013, p. 306). Resende e Ramalho (2006) advertem que a estrutura dos textos varia de acordo com o gênero discursivo em que ele é apresentado. Em um contrato de aluguel, por exemplo, essa estrutura pode ser mais homogênea, com elementos ou estágios textuais bastante fixos, previsíveis, ordenados e de fácil identificação. Já em uma crônica jornalística e outros textos menos formais, mais livres, heterogêneos, plásticos e instáveis pode não ser possível verificar tal estrutura.

A categoria intertextualidade refere-se à “propriedade que os textos têm de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser ou não delimitados explicitamente ou mesclados e que pode assimilar, contradizer e ecoar ironicamente” (Fairclough, 2001, p. 29). Sua análise mostra o modo como os discursos, materializados em textos, podem “transformar textos anteriores e reestruturar convenções existentes” (p. 135).

Além da estrutura genérica e da interdiscursividade o estudo do significado acional ainda pode se valer de categorias como tipos de troca, associada a funções da fala e a modos gramaticais (Fairclough, 2003). Essas categorias são traços textuais moldados por gêneros, que estabelecem relações sociais entre os agentes que interagem no discurso. As trocas de fala podem ser de conhecimento (aquela que é frequentemente orientada para uma ação textual para declarar algo ou responder perguntas) ou de atividade (orientada para ações não textuais, ou seja, para solicitar que algo seja feito). Para ilustrar o potencial de investimento ideológico nesses traços moldados por gênero, Ramalho (2012) apresenta os textos publicitários que

“simulam” troca de conhecimento, como se fossem orientados a informar, mas que, de fato, têm o propósito estratégico de desencadear ações de compra nos consumidores.

Ao concluir esses aspectos que envolvem os significados do discursos e as categorias analíticas capazes de interpretá-los, faz-se importante atentar para o fato de que, quando da operacionalização da ADC, há casos em que os textos mostram com clareza e objetividade uma ou outra categorias. Em outros casos, “aparecem instâncias de categorias diversas que, juntas, mostram-se mais eficazes que a exploração sistemática de uma ou duas” (Resende, 2008, p. 141). A escolha das categorias no texto, dá-se a partir daquilo que é mais explícito e recorrente, bem como dos objetivos delineados pela pesquisa, visto que o interesse dos pesquisador/a volta-se para capturar as materialidades discursivas do problema social investigado (Resende, 2012).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao observar o potencial teórico-metodológico da ADC, proposta por Norman Fairclough, bem como a evolução do seu uso como recurso de análise para os estudos organizacionais de cunho crítico e as restrições na aplicação da abordagem como método, este ensaio buscou refletir os pressupostos e conceitos que perfazem a ideia central da proposta. Essas reflexões subsidiaram a sistematização de um processo de análise capaz de orientar o pesquisador em um percurso metodológico que reduzisse a capacidade de dispersão analítica frente a complexidade e abrangência multidisciplinar da teoria.

A utilização da ADC como recurso de análise em estudos organizacionais deve valorizar o seu potencial teórico-metodológico, sustentando um debate tanto ontológico quanto epistemológico dos fenômenos que se deseja estudar. Apoderar-se dessa abordagem possibilita desvelar “conexões e causas que estão ocultas” (Fairclough, 2001, p. 28). A articulação das propriedades linguísticas dos textos, vistos como eventos discursivos, permite uma melhor compreensão das práticas e eventos sociais, revelando aspectos encobertos na gestão organizacional como as hegemonias, as ideologias dominantes, as relações de poder e submissão, os abusos, as identificações e as identidades.

Para além dos elementos estruturais que constituem os textos (gramaticais, lexicais e retóricos) a pesquisa em ADC se ocupa dos aspectos que perfazem a estrutura social na qual os discursos estão inseridos e são reproduzidos. Cabe ao pesquisador que dela se apropria atentar para o fato de que a estrutura textual não é elaborada de forma aleatória, mas percebida como uma possibilidade de revelar um modo de pensar, viver e agir no mundo. Paralelo à análise textual, sua fundamentação como recurso metodológico explora aspectos da conjuntura e da prática particular onde o evento acontece, garantindo amplitude e dinamicidade às possíveis intervenções. A riqueza da ADC reside na capacidade de analisar os diferentes discursos que um texto pode apresentar, problematizar as relações de poder que se refletem nas organizações e criar possibilidades de emancipação dos sujeitos.

Alinhado ao pensamento de Silva e Gonçalves (2017) o uso da ACD nos estudos organizacionais requer melhor alinhamento dos pesquisadores com os pressupostos conceituais e metodológicos da abordagem. A falta de familiaridade de muitos pesquisadores com os aspectos linguísticos que perfazem a ADC pode limitar a qualidade e credibilidade das análises. Dessa forma, aprofundar as discussões e apresentar recursos que facilitem sua compreensão pode promover maior proficiência na sua operacionalização como método.

Ademais as considerações, ressalta-se a necessidade de que novas proposições de sistematização do uso da ADC nos estudos organizacionais, como recursos teórico-metodológico, sejam organizadas, tendo em vista sua complexidade e multidisciplinaridade. Recomenda-se que, pesquisas que fazem uso da abordagem busquem desenvolver maior detalhamento do percurso metodológico de forma a aperfeiçoar a teoria, melhor sua aplicação e promover sua popularização.

## REFERENCIAS

- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2000). Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. *Human Relations*, 53(9), 1125-1149.  
doi:10.1177/0018726700539002
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh University Press.
- Curtis, R. (2014). Foucault beyond Fairclough: From Transcendental to Immanent Critique in *Organization Studies*. *Organization Studies*, 35(12), 1753–1772.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- Duarte, M. P. F. C. & Medeiros, C. R. de O. Pop-Management: 15 anos depois - a incorporação do pop-management no trabalho de executivos de grandes empresas. *Cadernos EBAPÉ.BR* [online]. 2019, v. 17, n. 1.
- Fairclough, N. (2001a). *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2001b). Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research'. In R. Wodak, & M. Meyer. *Methods of Critical Discourse Analysis* (pp. 121-138). London: SAGE.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2005). Peripheral Vision: Discourse Analysis in Organization Studies: The Case for Critical Realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939.
- Fairclough, N. L. (1985). Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, p. 739-763, 1985.
- Faria, J. H. de. (2011). *Epistemologia em estudos interdisciplinares*. Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais, Curitiba, PR, Brasil.
- Halliday, M. A. K. (1985). *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold.
- Halliday, M. A. K., & Matthiessen, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 2004.
- Iedema, R. (2007). On the Multi-modality, Materiality and Contingency of Organization Discourse. *Organization Studies*, 28(6), 931-946.
- Magalhães, C. (2001). A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In C. Magalhães (Org.), *Reflexões sobre análise crítica do discurso* (pp. 15-30). Belo Horizonte: UFMG.
- Magalhães, I, Martins, A. R., & Resende, V. M. (2017). *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Magalhães, I. (2000). *Eu e Tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus.
- Magalhães, I. (2005). Introdução: a análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, 21(spe).
- Martínez, L. F. P. (2012). A intertextualidade como dimensão central da análise de discurso crítica (ACD). In L. F. P. Martínez. *Questões sociocientíficas na prática docente: ideologia, autonomia e formação de professores* (pp. 131-136). São Paulo: Editora UNESP.
- Mathias, M. C. G. & Ferreira, R. (2013). O significado acional no discurso da Constituição brasileira: o gênero discursivo normativo constitucional em questão”. *Gragoatá*, Niterói, 34, p. 299-316.
- Onuma, F. M. S. (2020). Contribuição da Análise Crítica do Discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. *Organizações & Sociedade*, 27(94), p. 585-607.
- Péres, L. F. M. *Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação*

- de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, 360 p.
- Pires, K. C. (2019). O discurso do gestor universitário em campanha. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Raffnsøe, S., Mennicken, A., & Miller, P. (2019). The Foucault Effect in Organization Studies. *Organization Studies*, 40(2), 155–182.
- Ramalho, V. C. V. S. (2007). Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, 8, 78-104.
- Ramalho, V. C. V. S. (2012). Gêneros discursivos e ideologia: elementos para estudos críticos. In: MELO, I. F. de. (org.). *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 53- 97.
- Ramalho, V. C. V., & Resende, V. M. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores.
- Resende, V. de M. (2008). *Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninas e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. (Tese de Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Resende, V. de M., & Ramalho, V. (2006). *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- Rocha, M. F. (2015). *Análise discursiva crítica do movimento parlamentar pró-vida: vozes que criminalizam o aborto sentimental* (Dissertação de Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília.
- Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414-434. doi: 10.1590/1984-9260902
- Santos, E. C., Bispo, D. D., & Dourado, D. C. (2014). A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(1), p.55-73.
- Santos, T. de C. dos, & Vieira, V. C. (2016). Discursos ‘fora Dilma’ no portal uol: teoria e prática à luz da análise de discurso crítica. *Revista Eletrônica Interfaces*, 07(01).
- Silva, E. R. d., & Gonçalves, C. A. (2017). Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1).
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna* (9. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Van Leeuwen, T. (1997). A representação dos atores sociais. In E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional* (pp. 169-222). Lisboa: Caminho.
- Van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford.
- Vieira, V., & Resende, V. M. (2016). *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Wodak, R. (2003). De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su história, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In R. Wodak, & M. Meyer (Orgs.), *Métodos de análisis crítico del discurso* (pp. 17-34). Barcelona: Gedisa.
- Wodak, R. (2009). What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its developments. In R. Wodak, & M. Meyer (Orgs.), *Methods of Critical Discourse Analysis* (pp. 1-13). Londres: Sage, 2001.
- Wood Junior, T., & Paula, A. P. P. (2002). Pop-management: contos de paixão, lucro e poder. *Organizações & Sociedade*, v. 9, n. 29, p. 39-51.